



## SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Março/2015

### Concurso Público para provimento de cargos de Julgador Administrativo Tributário do Tesouro Estadual - JATTE

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

TIPO-001

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA OBJETIVA

# CONHECIMENTOS GERAIS (P1)

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS (P1)**

**Língua Portuguesa**

**Instruções:** Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto que segue, extraído de obra publicada em 1993.

1 *A evolução das relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial foi largamente comandada pela emancipação dos povos colonizados e pela constituição de um terceiro mundo, que decidiu permanecer neutro no enfrentamento dos dois blocos. Um dos fenômenos mais importantes da história contemporânea é, precisamente, a entrada, no palco das relações internacionais, na condição dos países que se tornam atores da diplomacia, dos que, por tanto tempo, nele só figuraram como objeto. O universo político deixa de reduzir-se ao concerto das grandes potências, a saber, quatro ou cinco grandes Estados europeus, mais os Estados Unidos e o Japão. O número dos Estados multiplicou-se: é um aspecto e uma decorrência da descolonização. A ONU conta hoje 135 Estados, ao passo que a SDN nunca reuniu mais de cinquenta.*

*A descolonização modificou, ao mesmo tempo, o estado das relações entre os continentes, a vida das antigas colônias que chegam à independência e até, por via de consequência, a existência das antigas potências colonizadoras. Todos os aspectos até agora enfocados são transformados pelas repercussões da descolonização.*

*Se quiséssemos reduzir a história política do mundo nos dois últimos séculos a alguns elementos constitutivos, teríamos de assinalar a Revolução de 1789, a revolução russa de 1917 e a emancipação dos continentes sujeitos, há vários séculos, ao domínio da Europa e do homem branco. Foi a sucessão desses três grandes fatos que modelou a fisionomia do mundo contemporâneo: nosso universo resulta essencialmente dessas três forças sucessivas.*

*Para apreciar o alcance da descolonização, cumpre situá-la na perspectiva histórica a longo prazo do esforço colonizador europeu. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, o mundo era quase totalmente dominado, animado e organizado pela Europa. Pouquíssimos países haviam escapado a esse domínio: o Japão era um deles. Os outros que se encontravam na mesma situação deviam-no ao seu afastamento ou isolamento e, com mais frequência, haviam pago sua independência com a estagnação: assim a Etiópia na África.*

Obs.: SDN: Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações, foi criada no final da I Guerra Mundial, empenhada em manter a paz internacional. Fracassado seu objetivo, extinguiu-se, passando, em 1946, as responsabilidades à recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU.

(RÉMOND, René. A descolonização. In: **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, p.165-166)

1. O texto legitima a seguinte assertiva:
  - (A) A Segunda Guerra Mundial gerou evolução social, política, econômica e principalmente geográfica que culminou com a libertação dos povos dura e historicamente submetidos à colonização europeia e americana.
  - (B) A neutralidade que países recém-libertados da colonização assumiram frente às potências que se defrontavam na Segunda Guerra Mundial é, de modo subliminar, rebaixada pelo autor.
  - (C) O número reduzido de potências que eram os principais agentes da Segunda Guerra Mundial foi abalado quando os Estados Unidos e o Japão passaram a integrar o universo político internacional.
  - (D) A progressiva transformação nas condições em que se davam as relações internacionais até o fim da Segunda Guerra Mundial muito se deu pela inserção ativa de países, antes passivos, na diplomacia.
  - (E) O sistema político, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, reduzia-se a países desenvolvidos, que, ainda que poucos, adquiriam força pelo consenso que os caracterizava acerca de crises internacionais.

2. Análise da coesão textual evidencia que a alternativa em que estão corretamente indicados, em I, o segmento que reporta a outro do texto e, em II, o segmento reportado, é:
  - (A) I. (linha 4) *que*;  
II. (linhas 3 e 4) *a constituição de um terceiro mundo.*
  - (B) I. (linha 5) *o enfrentamento dos dois blocos*;  
II. (linha 2) *a Segunda Guerra Mundial.*
  - (C) I. (linhas 11 a 13) *quatro ou cinco grandes Estados europeus, mais os Estados Unidos e o Japão*;  
II. (linha 11) *o concerto das grandes potências.*
  - (D) I. (linhas 8 e 9) *a condição dos países que se tornam atores da diplomacia*;  
II. (linha 7) *a entrada.*
  - (E) I. (linha 30) *que*;  
II. (linhas 29 e 30) *esses três grandes fatos.*

3. Afirma-se com correção:
  - (A) (linhas 14 a 16) Em *A ONU conta hoje 135 Estados, ao passo que a SDN nunca reuniu mais de cinquenta*, a substituição da locução *ao passo que* por "na medida em que" não prejudica o sentido original.
  - (B) (linhas 10 a 13) Em *O universo político deixa de reduzir-se ao concerto das grandes potências, a saber, quatro ou cinco grandes Estados europeus, mais os Estados Unidos e o Japão*, o segmento destacado introduz correção do conteúdo do enunciado anterior.
  - (C) (linhas 13 e 14) Em *O número dos Estados multiplicou-se: é um aspecto e uma decorrência da descolonização*, ocorrem prosseguimento do texto por justaposição; presença dos dois-pontos marcando ausência do sequenciador; elipse de sujeito.
  - (D) (linhas 17 a 21) Em *A descolonização modificou, ao mesmo tempo, o estado das relações entre os continentes, a vida das antigas colônias que chegam à independência e até, por via de consequência, a existência das antigas potências colonizadoras*, o posicionamento da expressão *ao mesmo tempo* na frase denota que a simultaneidade é extensiva a todas as modificações citadas.
  - (E) (linhas 17 a 21) Em *A descolonização modificou [...] o estado das relações entre os continentes, a vida das antigas colônias que chegam à independência e até, por via de consequência, a existência das antigas potências colonizadoras*, a palavra destacada, equivalente a "também", acrescenta unidade de igual valor no conjunto argumentativo.



4. A evolução das relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial foi largamente comandada pela emancipação dos povos colonizados e pela constituição de um terceiro mundo, que decidiu permanecer neutro no enfrentamento dos dois blocos. Um dos fenômenos mais importantes da história contemporânea é, precisamente, a entrada, no palco das relações internacionais, na condição dos países que se tornam atores da diplomacia, dos que, por tanto tempo, nele só figuraram como objeto.

Sobre o que se tem acima, é correto afirmar:

- (A) Transpondo a frase inicial para a voz ativa, obtém-se a forma verbal "comandou".
- (B) Em *decidiu permanecer*, o verbo que indica permanência de estado sinaliza a presença, na frase, de uma ideia não explícita.
- (C) Considerado o respeito às fronteiras sintático-semânticas, a colocação de uma vírgula depois da palavra *Mundial* mantém a correção da frase.
- (D) A substituição de *por tanto tempo* por "há muito" não altera qualquer traço de sentido presente na formulação original.
- (E) A palavra *só*, equivalendo a "mesmo" ou "próprio", constitui reforço demonstrativo da referência feita pelo pronome, tal como se nota em "Mário, o chef dos chefs, ele só fará o bolo de casamento".

5. Se quiséssemos reduzir a história política do mundo nos dois últimos séculos a alguns elementos constitutivos, teríamos de assinalar a Revolução de 1789, a revolução russa de 1917 e a emancipação dos continentes sujeitos, há vários séculos, ao domínio da Europa e do homem branco.

Em cada alternativa, certa forma encontrada na frase transcrita acima está associada a uma alteração. Levando em conta o contexto e a norma-padrão escrita, está adequado o seguinte comentário sobre a alteração proposta:

- (A) *Se quiséssemos* / Caso queiramos: a transformação mantém a correção e o sentido originais.
- (B) *a alguns elementos constitutivos* / às poucas partes constitutivas: a transformação mantém a correção original e não acrescenta qualquer traço de sentido ao original.
- (C) *teríamos de assinalar* / assinalaríamos: a transformação não implica perda de qualquer traço de sentido original.
- (D) *há vários séculos* / daqui há vários séculos: observada a formulação exclusivamente do ponto de vista gramatical, sem vínculo de sentido, portanto, com o contexto original, a alteração está correta.
- (E) *há vários séculos* / em muitos séculos precedentes: a transformação mantém a correção ortográfica e o sentido originais.

6. Para apreciar o alcance da descolonização, cumpre situá-la na perspectiva histórica a longo prazo do esforço colonizador europeu. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, o mundo era quase totalmente dominado, animado e organizado pela Europa. Pouquíssimos países haviam escapado a esse domínio: o Japão era um deles.

Análise correta do acima transcrito justifica a seguinte observação:

- (A) A oração reduzida inicial corresponde à oração desenvolvida "Apreciando o alcance da descolonização".
- (B) O emprego do pronome em *situá-la* constitui deslize, pois o tema do período é o *alcance da descolonização*.
- (C) A sequência presente em *o mundo era quase totalmente dominado, animado e organizado pela Europa* compõe escala ascendente.
- (D) Em *o mundo era quase totalmente dominado, animado e organizado pela Europa*, o primeiro advérbio constitui modulação da ideia expressa pelo segundo.
- (E) A locução verbal *havam escapado* equivale semanticamente à forma verbal "escaparam".

7. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, o mundo era quase totalmente dominado, animado e organizado pela Europa. Pouquíssimos países haviam escapado a esse domínio: o Japão era um deles. Os outros que se encontravam na mesma situação deviam-no ao seu afastamento ou isolamento e, com mais frequência, havam pago sua independência com a estagnação: assim a Etiópia na África.

Compreende-se corretamente do que se tem acima, considerado em seu contexto:

- (A) A expressão *na mesma situação* remete à mesma conjuntura dos países que eram dominados pela Europa.
- (B) Explicação plausível para o emprego do pronome em *deviam-no* é considerá-lo como remetendo a "o fato", expressão não explícita na frase, mas facilmente recuperada na situação discursiva.
- (C) A conjunção *ou* enlaça unidades coordenadas exprimindo a total equivalência delas, do ponto de vista semântico, motivo pelo qual constituem reiteração que busca produzir realce.
- (D) A retirada da primeira vírgula em *e, com mais frequência*, mantém a correção da frase.
- (E) Redação alternativa ao trecho destacado, igualmente correta, poderia ser "teriam pago sua independência com a estagnação, a exemplo do que se deu com a Etiópia, na África".

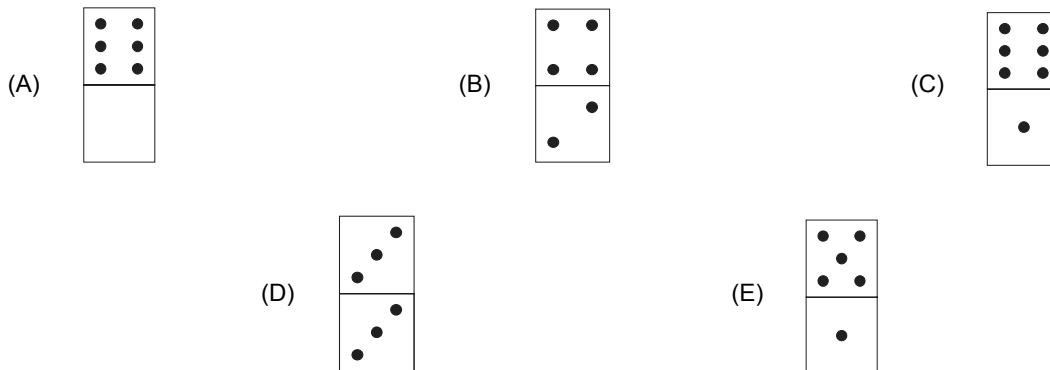


<p>8. Considere os períodos <b>A</b> e <b>B</b> e as assertivas que seguem a eles.</p> <p><b>A.</b> Eles se esforçaram bastante, mas não conseguiram atingir a meta proposta para o setor.</p> <p><b>B.</b> Eles se esforçaram bastante, ainda que não tenham conseguido atingir a meta proposta para o setor.</p> <p>I. Tanto em <b>A</b>, quanto em <b>B</b>, os enunciados que compõem o período relacionam-se por contraposição, motivo pelo qual os conectores <i>mas</i> e <i>Ainda que</i> pertencem à mesma categoria, a das conjunções adversativas.</p> <p>II. Em <b>A</b>, o primeiro segmento do período cria a expectativa de que o esforço foi recompensado; o segundo, introduzido pela conjunção <i>mas</i>, constitui eliminação da expectativa criada no primeiro.</p> <p>III. Em <b>B</b>, o segmento introduzido pela locução conjuntiva constitui argumento contrário, mas não suficientemente forte para desmentir o argumento anterior.</p> <p>IV. No período em que aparece a conjunção <i>mas</i>, prevalece a orientação argumentativa do segmento que ela introduz; no período em que aparece a locução <i>ainda que</i>, prevalece a orientação argumentativa do segmento que ela não introduz.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>10. Está clara e adequada, segundo a norma-padrão escrita, a seguinte redação:</p> <p>(A) As dificuldades por que passou na carreira e a lisura de sua vida profissional não só o recomendam para que medeie os dois últimos debates, como também favorecem que o representante das mídias estrangeiras lhe reconheça as indiscutíveis competência e discrição.</p> <p>(B) Sobre o fato de antigos funcionários, depois de tanto tempo, acusá-lo publicamente de malversação do dinheiro público, ele se negou a falar, alegando cansaço e clamando pelo direito de só se manifestar sob a proteção da lei.</p> <p>(C) Há trinta anos não aconteceu nada no bairro que demonstre o interesse do poder público pelas legítimas queixas dos cidadãos e sua ação no sentido de diminuir ou minimizar os desconfortos a que estão submetidos cotidianamente.</p> <p>(D) Se elas reouvessem logo os documentos extraviosados, muitas dúvidas do advogado se desvaneceriam, e, principalmente, as providências legais para garantir a solução do litígio a favor delas poderia tornar-se possível.</p> <p>(E) Estava convicto de que os percalços da sua vida de artista é que, em última instância, lhe indisporam com alguns colegas e diretores, mas acreditava que dessas dificuldades advieram também o crescimento profissional e a perda da arrogância.</p>
<p>9. A alternativa que apresenta frase clara e linguagem adequada, segundo os preceitos da gramática normativa, é:</p> <p>(A) A jovem escritora, cujo primeiro romance não se sabe porque foi tão exaltado pela crítica, concedeu entrevista no mesmo hotel onde conheceu e se apaixonou pelo grande incentivador de seu trabalho, poeta de renome internacional.</p> <p>(B) Na comemoração de 2014, a presença maciça dos formandos de dez anos atrás e a alegria contagiante que marcou os reencontros fez lembrar que amigos de tempos de escola suscitam memórias que tornam a todos felizes.</p> <p>(C) A especialista em comportamento animal advertiu: é necessário evitar a coleira em filhotes dessa específica e pouco conhecida raça, em especial nas fêmeas, pois elas as machucam muito quando as caminhadas tornam-se excessivas.</p> <p>(D) No dia em que foi dispensado, vagou horas a fio em profundo pesar, até que viu passar um buldogue numa moto com o dono todo paramentado; perante a isso, não pode deixar de sorrir e lembrar que a vida é sempre surpreendente.</p> <p>(E) Nas adjacências do fórum, estudantes de direito digladiavam-se para conseguir uma senha, sem a qual não poderiam assistir aos trabalhos do tribunal do júri; se pessoas mais sensatas não tivessem intervindo, o tumulto teria se exacerbado.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Raciocínio Lógico</b></p> <p>11. Márcia e Lúcio trabalham como digitadores em uma empresa de <i>telemarketing</i>. Márcia, mais experiente, consegue digitar o cadastro de um cliente em 3 minutos, enquanto Lúcio leva 5 minutos para realizar a mesma tarefa. Trabalhando juntos, o tempo mínimo que os dois gastarão para digitar o cadastro de um grupo de 120 clientes é igual a</p> <p>(A) 5 horas.</p> <p>(B) 1 hora e 4 minutos.</p> <p>(C) 4 horas e 15 minutos.</p> <p>(D) 6 horas.</p> <p>(E) 3 horas e 45 minutos.</p> <p>12. Em uma empresa, apenas 30% dos atuais gerentes falam inglês fluentemente. A direção decidiu contratar N novos gerentes, todos com inglês fluente, de modo que, mantidos os atuais gerentes, o percentual de gerentes que falam inglês fluentemente na empresa suba para 60%. Sendo A o número atual de gerentes, é correto concluir que N representa</p> <p>(A) 30% de A.</p> <p>(B) 45% de A.</p> <p>(C) 75% de A.</p> <p>(D) 50% de A.</p> <p>(E) 60% de A.</p>



13. Uma peça de dominó é um retângulo dividido em dois quadrados, cada um deles marcado com uma quantidade inteira de pontos que pode variar de 0 a 6. Assim, existem 28 tipos diferentes de peças de dominó. Uma pessoa colocou as 28 peças de dominó em sequência, de acordo com o seguinte procedimento:
- somou os pontos marcados nos dois quadrados de cada peça e colocou as peças em ordem crescente dessa soma;
  - quando duas peças tinham a mesma soma de pontos, ela comparava as quantidades de pontos existentes em cada quadrado das duas peças, sendo colocada antes a peça que tivesse o quadrado marcado com a menor quantidade de pontos.

A peça colocada por essa pessoa na 15ª posição da sequência foi:



14. Na Escola Recife, todo professor de Desenho Geométrico ensina também Matemática. Alguns coordenadores, mas não todos, são professores de Matemática. Além disso, todos os pedagogos da Escola Recife são coordenadores, mas nenhum deles ensina Desenho Geométrico. Somente com estas informações, é correto concluir que na Escola Recife, necessariamente,

- (A) pelo menos um pedagogo é professor de Matemática.
- (B) nem todo pedagogo é professor de Matemática.
- (C) existe um professor de Desenho Geométrico que não é coordenador.
- (D) existe um coordenador que não é professor de Desenho Geométrico.
- (E) todo pedagogo é professor de Desenho Geométrico.

15. Em um país, todo habitante pertence a uma única dentre três tribos: os Autênticos, que sempre dizem a verdade, os Dissimulados, que sempre mentem, e os Volúveis, que sempre alternam uma fala verdadeira e uma mentirosa, não necessariamente nessa ordem. As autoridades alfandegárias fizeram três perguntas a um grupo de habitantes desse país que chegou ao Brasil em um avião. A primeira pergunta, que foi “Você é um Autêntico?”, foi respondida afirmativamente por 53 integrantes do grupo. A segunda, que foi “Você é um Volúvel?”, foi respondida afirmativamente por 38 deles. E 18 integrantes responderam “sim” à última pergunta, que foi “Você é um Dissimulado?”. O número de Autênticos nesse grupo é igual a

- (A) 15.
- (B) 28.
- (C) 20.
- (D) 53.
- (E) 35.

16. Observe a afirmação a seguir, feita pelo prefeito de uma grande capital.

Se a inflação não cair ou o preço do óleo diesel aumentar, então o preço das passagens de ônibus será reajustado.

Uma maneira logicamente equivalente de fazer esta afirmação é:

- (A) Se a inflação cair e o preço do óleo diesel não aumentar, então o preço das passagens de ônibus não será reajustado.
- (B) Se a inflação cair ou o preço do óleo diesel aumentar, então o preço das passagens de ônibus não será reajustado.
- (C) Se o preço das passagens de ônibus for reajustado, então a inflação não terá caído ou o preço do óleo diesel terá aumentado.
- (D) Se o preço das passagens de ônibus não for reajustado, então a inflação terá caído ou o preço do óleo diesel terá aumentado.
- (E) Se o preço das passagens de ônibus não for reajustado, então a inflação terá caído e o preço do óleo diesel não terá aumentado.



17. O gerente de produção de uma gráfica verificou que, para imprimir a encomenda de uma empresa em um prazo de 8 dias, poderia utilizar 9 máquinas idênticas, do tipo X, cada uma trabalhando 10 horas por dia. A empresa, porém, não aceitou o prazo proposto e declarou que só contrataria a gráfica se a encomenda ficasse pronta em 3 dias. Para atender o pedido da empresa, o gerente decidiu colocar as máquinas para trabalhar 15 horas por dia. Mesmo assim, percebeu que teria de utilizar, no mínimo,
- (A) 15 máquinas do tipo X.
  - (B) 12 máquinas do tipo X.
  - (C) 18 máquinas do tipo X.
  - (D) 16 máquinas do tipo X.
  - (E) 10 máquinas do tipo X.

18. A prova de raciocínio lógico de um concurso foi elaborada com 10 questões, sendo 4 fáceis, 3 médias e 3 difíceis. Para criar diferentes versões dessa prova, a organização do concurso pretende trocar a ordem das questões, mantendo sempre as fáceis no início, as médias no meio e as difíceis no final e respeitando as seguintes restrições colocadas pelo elaborador:
- há duas questões fáceis que, por se referirem a uma mesma figura, devem ser mantidas uma após a outra, em qualquer ordem;
  - há ainda uma questão média e uma difícil que se referem a um mesmo texto, devendo também ser mantidas uma após a outra, com a média aparecendo primeiro.

Nessas condições, o número de diferentes versões que a organização do concurso poderá criar para essa prova é igual a

- (A) 54.
  - (B) 40.
  - (C) 24.
  - (D) 36.
  - (E) 48.
19. Antes da rodada final do campeonato inglês de futebol, um comentarista esportivo apresentou a situação das duas únicas equipes com chances de serem campeãs, por meio da seguinte afirmação:
- “Para que o Arsenal seja campeão, é necessário que ele vença sua partida e que o Chelsea perca ou empate a sua.”
- Uma maneira equivalente, do ponto de vista lógico, de apresentar esta informação é: “Para que o Arsenal seja campeão, é necessário que ele
- (A) vença sua partida e o Chelsea perca a sua ou que ele vença a sua partida e o Chelsea empate a sua.”
  - (B) vença sua partida ou o Chelsea perca a sua ou que ele vença a sua partida ou o Chelsea empate a sua.”
  - (C) empate sua partida e o Chelsea perca a sua ou que ele vença a sua partida e o Chelsea não vença a sua.”
  - (D) vença sua partida e o Chelsea perca a sua e que ele vença a sua partida e o Chelsea empate a sua.”
  - (E) vença sua partida ou o Chelsea perca a sua e que ele vença a sua partida ou o Chelsea empate a sua.”

20. A tabela a seguir mostra a pontuação obtida pelas cinco empresas que participaram da concorrência pública para a construção das dez estações de uma linha de metrô.

Empresa	Pontuação
I	500
II	300
III	200
IV	120
V	80

De acordo com as regras do edital da concorrência, somente as empresas com mais de 150 pontos seriam consideradas aprovadas. Além disso, o edital determinava que as dez estações seriam distribuídas entre as empresas aprovadas proporcionalmente ao número de pontos que cada uma delas obteve. Sabendo que as dez estações são iguais, o número de maneiras diferentes de distribuí-las entre as empresas aprovadas, de acordo com as regras do edital, é igual a

- (A) 7560.
- (B) 5040.
- (C) 2520.
- (D) 1260.
- (E) 3780.



## Direito Civil

21. A contagem do prazo de vacância para entrada em vigor das leis far-se-á com a
- (A) exclusão da data da publicação e inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
  - (B) exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
  - (C) inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
  - (D) exclusão da data da publicação e inclusão do último dia do prazo, neste entrando em vigor.
  - (E) inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia anterior.

22. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei
- (A) não mais põe a salvo os direitos do nascituro, porque admitido o aborto de anencéfalos.
  - (B) põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro e permite que, por testamento, seja chamada a suceder prole eventual de pessoas indicadas pelo testador, ainda que estas não tenham nascido ao abrir-se a sucessão.
  - (C) põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro e da prole eventual de pessoas vivas.
  - (D) põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro, mas, desde a entrada em vigor do Código Civil atual, não mais permite seja aquinhoadá por testamento prole eventual de qualquer pessoa.
  - (E) põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro e permite que, por testamento, seja chamada a suceder prole eventual de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão.

23. João, tendo dois filhos – Pedro e Antônio – doou para este um imóvel com reserva de usufruto, mas dispensando-o da colação. Morrendo o doador, o usufruto
- (A) se extingue e será cancelado o registro no Serviço de Registro de Imóveis.
  - (B) será partilhado entre seus dois filhos, salvo disposição testamentária em sentido contrário.
  - (C) terá de ser trazido à colação, porque a dispensa só atinge a nua propriedade.
  - (D) será levado a inventário e, necessariamente, atribuído ao donatário que já é nu proprietário.
  - (E) será atribuído necessariamente a Pedro.

24. A lei brasileira
- (A) só admite o domicílio plural de pessoas jurídicas e desde que possua sucursais ou filiais, mas não admite o domicílio plural de pessoas naturais.
  - (B) não prevê hipótese de pessoa natural sem domicílio.
  - (C) não estabelece o local de domicílio do itinerante.
  - (D) admite o domicílio plural de pessoas naturais que exerçam atividades profissionais em lugares distintos, mas não prevê em nenhuma hipótese domicílio plural de quem exerça profissão ou trabalhe em um só lugar.
  - (E) não permite aos diplomatas alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio.

25. Os bens imóveis integrantes da herança vacante
- (A) pertencerão aos Estados onde se situarem e serão destinados a atividade de ensino.
  - (B) ingressam no patrimônio do Município onde se situarem, como bens dominicais.
  - (C) ingressam no patrimônio do Município onde se situarem, necessariamente, como bens de uso especial.
  - (D) são necessariamente de uso comum do povo.
  - (E) pertencerão sempre à União, como bens dominicais.

26. Pode ser pronunciada de ofício pelo Juiz e alegada por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, a nulidade
- (A) da doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.
  - (B) da venda de um imóvel de ascendente a descendente, sem o consentimento dos outros descendentes.
  - (C) que inquina os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência.
  - (D) de negócio, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
  - (E) de um contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva.

27. A ação de restituição por enriquecimento sem causa
- (A) é cabível para repetir o que se pagou para solver dívida prescrita.
  - (B) tem os mesmos requisitos da ação de restituição por pagamento indevido.
  - (C) é cabível quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas não é cabível quando esta deixou de existir.
  - (D) não é cabível, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
  - (E) não pode ter por objeto a restituição de coisa determinada, mas somente quantia em dinheiro.

28. João e Maria, solteiros e ambos com sessenta anos de idade, resolvendo casar-se,
- (A) não poderão celebrar pacto antenupcial, porque são sexagenários.
  - (B) sujeitam-se ao regime da separação obrigatória de bens.
  - (C) não poderão adotar o regime da comunhão parcial de bens.
  - (D) poderão celebrar pacto antenupcial, adotando o regime da comunhão universal de bens.
  - (E) só poderão adotar o regime da participação final nos aquestos.



<p>29. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. Os alimentos não serão devidos àqueles cuja situação de necessidade resultar de sua própria culpa.</li><li>II. Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, a dívida se considera solidária.</li><li>III. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação alimentícia aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim geranos como consanguíneos.</li><li>IV. A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor.</li><li>V. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitam para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.</li></ul> <p>A obrigação de prestar alimentos subordina-se às regras expressas APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) I e IV.</li><li>(B) I e II.</li><li>(C) III e V.</li><li>(D) IV e V.</li><li>(E) II e III.</li></ul>	<p>32. No contrato de empréstimo, distinguem-se o mútuo e o comodato porque</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) ambos são necessariamente onerosos, contudo aquele tem por objeto coisa infungível e este tem por objeto coisa fungível.</li><li>(B) este tem por objeto coisa infungível e é necessariamente gratuito, enquanto aquele tem por objeto coisa fungível e é necessariamente oneroso.</li><li>(C) aquele tem por objeto coisa infungível, sendo necessariamente gratuito, enquanto este tem por objeto coisa fungível, sendo necessariamente oneroso.</li><li>(D) ambos são necessariamente gratuitos, contudo aquele tem por objeto coisa fungível e este tem por objeto coisa infungível.</li><li>(E) aquele tem por objeto coisa fungível, podendo ser gratuito ou oneroso e este tem por objeto coisa infungível e é necessariamente gratuito.</li></ul>
<p>30. O titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) comete ato ilícito, substanciando em abuso do direito, sujeitando-se à responsabilidade civil.</li><li>(B) não comete ato ilícito, mas, apenas, viola regra moral, sem consequências jurídicas.</li><li>(C) não comete ato ilícito, mas se sujeita à responsabilidade civil de natureza objetiva.</li><li>(D) comete ato ilícito, sujeitando-se a sanções administrativas, mas não à responsabilidade civil.</li><li>(E) comete abuso do direito, que a lei não reputa ato ilícito para fins indenizatórios.</li></ul>	<p>33. Pedro celebra contrato de financiamento de um veículo com o Banco X, garantido por alienação fiduciária. Em seguida, Pedro contrata Joaquim para servir-lhe de motorista, com vínculo empregatício. Nesse caso, Pedro</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) é possuidor do veículo, o Banco X tem sua propriedade resolúvel e Joaquim, enquanto o dirige, é seu detentor.</li><li>(B) tem a propriedade resolúvel do veículo, o Banco X é seu possuidor e Joaquim, enquanto o dirige, é seu detentor.</li><li>(C) tem a propriedade resolúvel do veículo, o Banco X é seu detentor e Joaquim, enquanto o dirige, é seu possuidor.</li><li>(D) tem a propriedade perpétua do veículo; o Banco X tem sua propriedade resolúvel e Joaquim, enquanto o dirige, é seu possuidor.</li><li>(E) e o Banco X são conjuntamente proprietários e possuidores do veículo e Joaquim, enquanto o dirige, é seu detentor.</li></ul>
<p>31. José propôs, contra João, ação de indenização, alegando danos morais por este tê-lo caluniado. José e João morreram no curso do processo. Nesse caso,</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) o processo terá de ser extinto, porque o direito e a obrigação que se discutem são intransmissíveis.</li><li>(B) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.</li><li>(C) extingue-se o direito à indenização se o autor morrer primeiro, porque a ação é personalíssima.</li><li>(D) extingue-se o direito à indenização se o réu morreu primeiro, porque a pena não pode passar da pessoa do ofensor.</li><li>(E) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com as respectivas heranças, exceto se ocorrer comoriência.</li></ul>	<p>34. O pagamento em consignação</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) não será admitido se pender litígio sobre o objeto do pagamento.</li><li>(B) não pode ter por objeto coisa imóvel.</li><li>(C) extingue a obrigação apenas se o depósito for judicial, não se admitindo em nenhuma hipótese o depósito em estabelecimento bancário.</li><li>(D) só tem lugar se o credor não puder ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento ou dar quitação, na forma devida.</li><li>(E) faz cessarem para o depositante, tanto que se efetue o depósito, os juros da dívida e os riscos, salvo se for julgado improcedente.</li></ul> <p>35. Haverá sub-rogação legal</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(A) quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante sub-rogado nos direitos do credor satisfeito.</li><li>(B) se o credor receber o pagamento de terceiro e expressamente lhe transferir todos os seus direitos.</li><li>(C) a favor do fiador, quando ele pagar a dívida pela qual era obrigado, no todo ou em parte.</li><li>(D) somente quando a dívida for paga por cônjuge, descendente ou ascendente do devedor.</li><li>(E) sempre que terceiro não interessado pagar a dívida em seu próprio nome.</li></ul>





**Direito Empresarial**

36. No tocante às sociedades, é correto afirmar:
- (A) O contrato de sociedade é firmado por duas ou mais pessoas, necessariamente naturais ou físicas, que buscam, pela conjugação de esforços e recursos, atingir um objetivo comum lucrativo, na forma prevista em seus atos constitutivos.
- (B) A personificação jurídica da sociedade empresária faz com que passem a confundir-se a pessoa do sócio com a pessoa da sociedade, como regra geral.
- (C) A aquisição da personalidade jurídica das sociedades ocorre por ocasião da inscrição de seus atos constitutivos, contrato social ou estatuto, no órgão registrário que lhe é próprio em razão de sua natureza jurídica específica.
- (D) A sociedade não personificada juridicamente considera-se como inexistente em nosso sistema, dada sua irregularidade não gerando quaisquer efeitos obrigacionais em relação aos sócios ou a terceiros.
- (E) Nas sociedades em comum, todos os sócios possuem responsabilidade subsidiária e limitada à participação social.

37. Nas sociedades limitadas,
- (A) é admissível que os sócios possam contribuir com dinheiro, bens ou com prestação de serviços na integralização de suas quotas sociais.
- (B) sua natureza é a de prestação de serviços, não sendo assim sociedades empresárias, como as sociedades simples e as cooperativas.
- (C) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sem qualquer responsabilidade, solidária ou não, pela integralização do capital social.
- (D) se houver omissão legal, serão regidas pelas normas utilizadas pelas sociedades simples.
- (E) a utilização de firma, com o nome civil de um ou mais sócios, é peremptória, como a denominação nas sociedades anônimas.

38. Considere:
- I. Independentemente de seu objeto, consideram-se empresárias as sociedades por ações e as cooperativas.
- II. As sociedades anônimas podem ter qualquer objeto social, desde que vise ao lucro e que não contrarie o ordenamento jurídico, a moral e os bons costumes.
- III. A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, rege-se pelas normas relativas às sociedades anônimas e opera necessariamente sob denominação, defeso o uso de firma.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

39. Nos títulos de crédito, ensina-se que o devedor não é obrigado a mais, nem o credor pode querer outros direitos, que não aqueles declarados só expressamente no título. Esta lição refere-se aos efeitos da
- (A) literalidade.
- (B) autonomia.
- (C) abstração.
- (D) incorporação.
- (E) causalidade.

40. No que se refere à defesa da concorrência, considere os enunciados seguintes, relativos às infrações da ordem econômica:
- I. As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, subsidiariamente.
- II. Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica.
- III. A personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica poderá ser desconsiderada quando houver da parte deste abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- IV. A repressão das infrações da ordem econômica, em razão de sua especificidade, exclui a punição de outros ilícitos previstos em lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

41. Em relação à constituição da companhia, nas sociedades anônimas,
- (A) o subscritor na constituição só pode comparecer pessoalmente na assembleia geral, vedada sua representação por procurador, ainda que com poderes especiais, por se tratar de ato personalíssimo.
- (B) quando a constituição se der por subscrição pública, haverá necessidade de prévio registro da emissão acionária no Banco Central, e a subscrição deverá ser efetuada com a intermediação de instituições financeiras ou securitárias.
- (C) a constituição por subscrição particular do capital só poderá fazer-se por deliberação dos subscritores, exclusivamente em assembleia geral, tendo-se por fundadores todos os subscritores que aderirem.
- (D) a incorporação de imóveis na constituição, para formação do capital social, exige escritura pública.
- (E) entre outros requisitos preliminares, a constituição depende da subscrição, pelo menos por duas pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto, bem como da realização, como entrada, de 10%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.



<p>42. No tocante à disciplina jurídica da livre concorrência, a concorrência desleal</p> <p>I. é reprimida em nível civil, penal e administrativo e, quando caracterizada, envolve não só os interesses particulares dos empresários concorrentes, mas também as estruturas de atuação do livre mercado.</p> <p>II. específica viabiliza-se, basicamente, por meio de violação do segredo de empresa ou pela indução do consumidor em erro; uma espécie desse tipo de concorrência desleal é a publicidade enganosa.</p> <p>III. genérica não é tipificada como crime e se caracteriza na utilização de meios imorais, desonestos ou condenados pelas práticas usuais dos empresários.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, apenas.</p>	<p>45. Em relação ao registro da empresa, é correto afirmar:</p> <p>(A) O ato empresarial sujeito a registro não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, em nenhuma hipótese, ser oposto a terceiro.</p> <p>(B) As sociedades empresárias, dependendo do objeto a que se dedicam, devem registrar-se na Junta Comercial do Estado em que estão sediadas.</p> <p>(C) Os atos do registro de empresa praticados pelas Juntas Comerciais são, em sua totalidade, a matrícula e o arquivamento dos atos empresariais.</p> <p>(D) O registro dos atos empresariais sujeitos à formalidade legal será requerido privativamente pelos sócios da empresa.</p> <p>(E) A principal sanção imposta à sociedade empresária que explora irregularmente sua atividade econômica, funcionando sem registro na Junta Comercial, é a responsabilidade ilimitada dos sócios pelas obrigações da sociedade.</p>
<p>43. Quanto ao estabelecimento empresarial, é correto afirmar:</p> <p>(A) O conceito de estabelecimento empresarial confunde-se com o da sociedade empresária, como sujeito de direito, e com o de empresa, como atividade econômica.</p> <p>(B) O estabelecimento empresarial é composto apenas por elementos materiais, como as mercadorias do estoque, os mobiliários, utensílios, veículos, maquinaria, clientela etc.</p> <p>(C) Na classificação geral dos bens, conforme Código Civil, o estabelecimento empresarial é uma universalidade de fato, por encerrar um conjunto de bens pertinentes ao empresário e destinados à mesma finalidade, de servir à exploração de empresa.</p> <p>(D) Ao estabelecimento empresarial imputam-se as obrigações e asseguram-se os direitos relacionados com a empresa, já que passou o estabelecimento a possuir personalidade jurídica.</p> <p>(E) A sociedade empresária só pode ser titular de um único estabelecimento empresarial, dado o princípio da unicidade.</p>	<p>46. Quanto ao nome empresarial, é correto afirmar:</p> <p>(A) Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.</p> <p>(B) Todas as sociedades empresárias podem utilizar-se de firma ou denominação.</p> <p>(C) O nome da empresa pode ser objeto de alienação, porque compõe seu fundo de comércio.</p> <p>(D) O nome do sócio que vier a falecer, for excluído ou retirar-se, pode ser conservado na firma social.</p> <p>(E) A omissão da palavra "limitada" no nome da sociedade limitada determina a responsabilidade subsidiária dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.</p>
<p>44. No tocante ao protesto, é correto afirmar:</p> <p>(A) O apresentante só poderá retirar o título ou documento da dívida, pagos os emolumentos e demais despesas, após a lavratura do protesto.</p> <p>(B) Trata-se de ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada exclusivamente em títulos de crédito cambiais.</p> <p>(C) Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.</p> <p>(D) O título do documento de dívida cujo protesto houver sido sustado judicialmente poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial ou do credor.</p> <p>(E) O prazo de registro do protesto será de 48 horas, contadas da protocolização do título ou documento de dívida.</p>	<p>47. Em relação ao contrato mercantil de alienação fiduciária, é correto afirmar:</p> <p>(A) Trata-se de contrato acessório, pois assegura o cumprimento de outro contrato, de financiamento de bens móveis ou imóveis, pelo qual o credor fiduciário disponibilizou recursos a serem utilizados na aquisição desses bens.</p> <p>(B) É o contrato em garantia pelo qual o devedor, a fim de garantir o pagamento de uma dívida, transfere a propriedade de um bem móvel durável ou imóvel, sob condição suspensiva da integral quitação do débito.</p> <p>(C) O credor fiduciário assume a posse direta do bem dado em garantia, o que será mantido enquanto o devedor fiduciante estiver em dia com o pagamento.</p> <p>(D) O devedor fiduciante assume a condição de fiel depositário do bem, tanto que poderá ser preso, civilmente, se referido bem desaparecer por sua culpa.</p> <p>(E) Trata-se de avença solene, a ser realizada necessariamente por meio de instrumento público e registrada no Cartório de Títulos e Documentos.</p>



48. No que se refere à teoria geral dos contratos mercantis, é correto afirmar que

- (A) não pode haver contratos mercantis regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, mas apenas pelo Código Civil ou legislação extravagante.
- (B) são, em regra, contratos solenes.
- (C) são mercantis os contratos em que pelo menos uma das partes é empresária, devendo ser garantidos por títulos de crédito.
- (D) podem eles ser consensuais ou reais.
- (E) não se aplica a esse tipo de contrato a teoria da imprevisão, que é específica das relações consumeristas.

49. Quanto ao cheque, é correto afirmar:

- (A) Trata-se de papel de curso forçado, a ser recebido como se fosse dinheiro.
- (B) Por ser uma ordem de pagamento à vista, o banco não se vincula à data aposta para pagamento, ainda que pré-datado, devendo pagar o título de imediato.
- (C) A ausência de provisão de fundos prejudica a validade do título, cambiariamente.
- (D) Admite as figuras do aval e do aceite.
- (E) Pode ser endossado, de modo puro e simples ou condicionado a evento futuro e incerto.

50. Relativamente à classificação dos títulos de crédito, considere:

- I. Os títulos de crédito devem sempre atender em sua emissão a um padrão obrigatório, de modelo vinculado quanto à disposição formal dos elementos essenciais à sua criação.
- II. Quanto à circulação, os títulos são ao portador ou nominativos, subdividindo-se estes em "à ordem" e "não à ordem".
- III. Quanto à estrutura, os títulos de crédito se classificam em ordem de pagamento e promessa de pagamento; na ordem, o sacador do título de crédito manda que o sacado pague determinada importância, enquanto na promessa o sacador assume o compromisso de pagar o valor do título.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

### Direito Penal

51. Acusado em processo que apurou o crime de lavagem de dinheiro em concurso com o crime de organização criminosa teve uma pena altíssima. Quando lhe restava um terço para o cumprimento da pena, as modalidades criminosas praticadas tiveram suas penas reduzidas na metade. Nesse caso, o agente

- (A) não será favorecido com o reconhecimento da extinção da pena, haja vista que a lei posterior que favoreça o agente será aplicada somente com os fatos ocorridos posteriormente, acompanhando as normas do processo penal.
- (B) será favorecido com o reconhecimento da extinção de metade da pena restante para o cumprimento, haja vista que a lei posterior que favoreça o agente será aplicada neste patamar proporcionalmente, diante dos fatos praticados anteriormente.
- (C) será favorecido com o reconhecimento da possibilidade de indenização pelo Estado, diante da lei posterior, devendo cumprir integralmente sua pena em face do trânsito em julgado.
- (D) será favorecido com o reconhecimento da extinção da pena, haja vista que a lei posterior que favoreça o agente será aplicada mesmo com os fatos praticados anteriormente.
- (E) não será favorecido com o reconhecimento da extinção da pena, haja vista que a lei posterior que favoreça o agente será aplicada no caso de prever expressamente o efeito retroativo.

52. Pessoa empresta seu nome e sua qualificação para sonegador constituir uma empresa e efetivar negócios fraudulentos que resultam em lesão ao erário. Nesse caso, poderá responder criminalmente, segundo a teoria do domínio do fato,

- (A) como coautor, pois integra o fato criminoso com conduta condizente com o verbo do tipo penal, sonegação, e, por isso, responde igualmente com o comparsa.
- (B) como coautor, pois integra o fato criminoso com conduta imprescindível para sua realização, ou seja, a constituição da empresa, que viabilizou o desenvolvimento da atividade criminosa.
- (C) como partícipe, pois apenas assessorou o coautor para que este pudesse efetivar a prática criminosa com o empréstimo de seu nome e qualificação para a constituição da empresa, recebendo, todavia, a mesma pena.
- (D) como partícipe, pois apenas assessorou o coautor para que este pudesse efetivar a prática criminosa com o empréstimo de seu nome e qualificação para a constituição da empresa, recebendo a pena proporcional à sua participação.
- (E) apenas na condição de testemunha, por sua conduta se tratar de fato atípico, ou seja, não previsto no tipo penal.



53. Um Julgador Administrativo Tributário do Tesouro Estadual, que praticou crime sem violação de dever para com a Administração pública e sem abuso de poder, foi condenado a pena privativa de liberdade em 3 anos. O Magistrado, como efeito da condenação, determinou a perda do cargo do funcionário, que ingressou medida para ser reintegrado ao cargo. Neste caso, o funcionário
- (A) poderá ser reintegrado, pois a ausência de previsão de tal efeito impede a perda do cargo.
  - (B) poderá ser reintegrado, pois a condenação por crime comum é inferior a 4 anos.
  - (C) poderá ser reintegrado, pois o efeito da condenação será aplicado na esfera administrativa.
  - (D) não poderá ser reintegrado, pois o patamar de condenação sofrida depende de autorização administrativa.
  - (E) não poderá ser reintegrado, pois a perda do cargo é efeito de condenação facultativo do Magistrado.
54. Um funcionário do cartório administrativo de processamento tributário frequenta um clube de futebol e, após o treinamento do time, participa das confraternizações semanais. Em um desses encontros o funcionário conta ao seu colega de clube João, empresário da cidade, que um comerciante está devendo quantidade de imposto superior ao patrimônio da empresa. João, por ser fornecedor do empresário, não mais efetivou negócios com o empresário, causando-lhe a falência. A conduta praticada pelo funcionário do cartório caracteriza o crime de
- (A) sonegação de correspondência.
  - (B) divulgação de segredo.
  - (C) violação de correspondência.
  - (D) invasão de dispositivo informático.
  - (E) violação de segredo profissional.
55. Quanto ao crime de divulgação de segredo, no caso de a informação violada gerar a inviabilização da arrecadação do tributo, a ação penal será
- (A) pública condicionada, pois dependerá da vontade particular do sócio ou diretor da empresa envolvida.
  - (B) pública incondicionada, porque, independentemente de ter causado ou não prejuízo à Administração pública, envolve ente público na consecução das atividades.
  - (C) pública condicionada, pois haverá prejuízo ao particular, em face da conduta criminosa violadora.
  - (D) pública incondicionada, pois resultou prejuízo à Administração pública, independentemente do prejuízo causado ao particular.
  - (E) privada, pois, mesmo que haja prejuízo à Administração pública, com o prejuízo causado ao particular, somente este tem possibilidade de interposição de ação.
56. O diretor do almoxarifado da Receita Estadual, após o encerramento do expediente, solicitou ao segurança do local, que passa por dificuldades financeiras em decorrência da enfermidade de seu filho, que deixasse a porta do departamento aberta, pois, retornaria para a finalização dos trabalhos após o jantar. O segurança informou que não poderia permitir, devido a guarda dos valores retidos no local e o encerramento do expediente. O diretor propôs, então, ao segurança, ajudar na compra do medicamento para seu filho. O segurança deixou a porta aberta ciente das intenções do diretor, que se apossou dos envelopes contendo quantia em dinheiro referente aos tributos recebidos naquele dia e os depositou em conta corrente própria. A conduta do segurança está descrita no crime de
- (A) peculato-furto em concurso de pessoas.
  - (B) peculato-apropriação em concurso de pessoas.
  - (C) furto qualificado pelo concurso de agentes, por não ser funcionário público.
  - (D) apropriação indébita em concurso de agentes, por não ser funcionário público.
  - (E) peculato culposo, pois não praticou o verbo do tipo penal.
57. Um funcionário do setor de cobrança de tributos, diante de situação financeira difícil, atende pedido do contribuinte, e, em vez de lançar o tributo para a cobrança, protela o ato por 90 dias após, a fim de que o contribuinte possa posteriormente tentar um parcelamento do tributo. Por essa conduta, poderá responder pelo crime de
- (A) inserção de dados falsos em sistema de informações.
  - (B) prevaricação.
  - (C) corrupção passiva.
  - (D) tráfico de influência.
  - (E) advocacia administrativa.
58. Um contribuinte foi até o balcão de atendimento do setor fiscal e apresentou documento para a comprovação de quitação do tributo. Todavia, faltou com o respeito contra o funcionário autorizado para o registro no sistema. O funcionário, diante da ofensa, alterou os dados inseridos para que constasse pagamento parcial e não total do tributo. Com isso, o contribuinte foi acionado judicialmente para pagamento do tributo que já tinha quitado. A conduta do funcionário está inserida no crime de
- (A) prevaricação.
  - (B) modificação não autorizada de sistema de informações.
  - (C) sonegação de documento.
  - (D) falsidade ideológica.
  - (E) inserção de dados falsos em sistema de informações.



59. O advogado de um contribuinte mencionou que seu procedimento administrativo poderia ter o andamento mais célere, caso efetivasse o pagamento de uma "taxa de andamento" ao funcionário responsável pelo encaminhamento processual, mediante o conhecimento e a amizade que ele possuía com o referido funcionário. Efetivado o acordo, o cliente lhe entregou os valores. A conduta do advogado está inserida no crime de
- (A) fato atípico pela cobrança de honorários.
  - (B) advocacia administrativa.
  - (C) corrupção ativa.
  - (D) tráfico de influência.
  - (E) estelionato.
60. O contribuinte, réu de um procedimento administrativo tributário, em concurso com o faxineiro do prédio, combinou que este, ao proceder à limpeza da repartição, retirasse e lhe entregasse determinado processo administrativo em mãos no dia seguinte, com a promessa de vantagem. O faxineiro lhe entregou os autos. A conduta do faxineiro caracteriza o crime de
- (A) peculato.
  - (B) subtração de documento.
  - (C) extravio de documento.
  - (D) favorecimento pessoal.
  - (E) favorecimento real.
61. Funcionário público, responsável pelo andamento de procedimento, descobriu que determinado contribuinte era seu primo. Diante disso, sem qualquer contato com o primo, decidiu colocar o procedimento em uma das caixas que guardavam papéis destinados ao arquivo. A conduta do funcionário caracteriza o crime de
- (A) supressão de documento.
  - (B) sonegação de livro ou documento.
  - (C) subtração de livro ou documento.
  - (D) prevaricação.
  - (E) advocacia administrativa.
62. Um contribuinte, ao fornecer informações ao fisco, sobre as cem operações efetivadas, mencionou apenas noventa e nove. Com tal conduta, efetivou o pagamento do tributo a menor em 1%. Neste caso, a conduta do contribuinte está caracterizada como
- (A) fato atípico, tendo em vista o princípio da legalidade.
  - (B) crime contra a ordem tributária, com natureza de crime formal.
  - (C) crime contra a ordem tributária, com natureza de crime material.
  - (D) fato atípico, por se tratar de mera irregularidade sanável.
  - (E) crime contra a ordem tributária, com natureza de crime de mera conduta.
63. Contribuinte cometeu crime tributário em 2000. Formalizou pedido de parcelamento do débito tributário em 4 de março de 2002. Em 04 de março de 2004, houve a suspensão dos atos do processo, para que se aguardasse a finalização do pagamento das parcelas, para a análise da extinção da punibilidade do agente pelo crime em questão. O contribuinte ingressou com o pedido de *habeas corpus* para a extinção da punibilidade. Nesse caso, a medida correta é
- (A) o indeferimento do *habeas corpus*, pois a extinção de punibilidade somente poderia ocorrer se o pagamento fosse realizado em única parcela, antes do oferecimento da denúncia.
  - (B) a extinção da punibilidade, mesmo com a falta de pagamento de todas as parcelas, incidindo as disposições da Lei nº 10.684/2003, haja vista que se trata de lei mais benéfica ao contribuinte.
  - (C) o indeferimento do *habeas corpus*, pois a extinção de punibilidade somente poderia ocorrer se o pagamento fosse realizado em única parcela, após a inovação trazida pela Lei nº 10.684/2003.
  - (D) a extinção da punibilidade, mesmo com a falta de pagamento de todas as parcelas, não incidindo as disposições da Lei nº 10.684/2003, haja vista que os fatos e o pedido ocorreram em sede de lei anterior.
  - (E) não se permitir a extinção de punibilidade pelo pagamento, após a concretização do delito, sendo apenas motivo para redução da pena a ser aplicada.
64. Sobre o crime de lavagem de dinheiro, é correto afirmar que a Lei nº 9.613/1998
- (A) definiu que a troca de bens de igual valor não gera a prática do crime, pois os crimes tem como elemento essencial a obtenção de lucro.
  - (B) deu causa, face à revogação do rol de crimes antecedentes, ao fenômeno da *abolitio criminis*, quanto às condutas ali previstas.
  - (C) proibiu o recebimento pelo profissional liberal de valores ilícitos, em face da prestação de serviços efetivada, mesmo que não tenha dolo.
  - (D) permitiu o reconhecimento do crime de lavagem de dinheiro, quaisquer que sejam os crimes antecedentes dos quais resultem os ativos.
  - (E) definiu que a importação e a exportação de bens com valores irreais apenas atingem a sonegação fiscal correspondente ao tributo sonegado, não caracterizando o crime de lavagem.



65. Em relação à delação premiada, a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro definiu que
- (A) a substituição da pena pode ser feita mesmo após a prolação da sentença.
  - (B) a redução da pena poderá ser efetivada no patamar de um terço a quarto quintos.
  - (C) a pena fixada em regime inicial fechado não pode ser substituída.
  - (D) o magistrado não pode deixar de aplicar a pena, diante da natureza do crime.
  - (E) o benefício pode ser concedido, caso o agente se retrate em juízo das informações prestadas.

**Direito Processual Civil**

66. Renato inadimpliu acordo verbal por meio do qual se obrigou a pagar R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a José. Este, por sua vez, ajuizou ação contra a empresa da qual Renato é sócio, a qual, apesar de não ter nenhuma relação com o débito, possuía melhores condições financeiras para satisfazer a obrigação, fato noticiado na inicial. Citada, a empresa apresentou contestação. De acordo com o Código do Processo Civil, o juiz deverá
- (A) extinguir o processo sem resolução de mérito, reconhecendo ser a empresa parte ilegítima, de ofício.
  - (B) determinar que José promova a citação de Renato, para formação de litisconsórcio passivo necessário.
  - (C) extinguir o processo sem resolução de mérito, reconhecendo ser a empresa parte ilegítima, somente se tiver deduzido alegação nesse sentido em contestação.
  - (D) extinguir o processo com resolução de mérito, reconhecendo ser a empresa parte ilegítima, de ofício.
  - (E) extinguir o processo com resolução de mérito, reconhecendo ser a empresa parte ilegítima, desde que tenha deduzido alegação nesse sentido em contestação.
67. De acordo com o Código de Processo Civil, há conexão quando duas ou mais ações tiverem em comum
- (A) as partes, a causa de pedir e o pedido. Neste caso, o juiz, desde que a requerimento das partes, ordenará a reunião das ações, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
  - (B) o objeto ou a causa de pedir. Neste caso, o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, ordenará a reunião das ações, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
  - (C) o objeto ou a causa de pedir. Neste caso, o juiz, exclusivamente a requerimento das partes, ordenará a reunião das ações, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
  - (D) as partes, a causa de pedir e o pedido. Neste caso, o juiz extinguirá, de ofício ou a requerimento das partes, o processo que houver despachado em último lugar.
  - (E) o objeto ou a causa de pedir. Neste caso, o juiz extinguirá, de ofício ou a requerimento das partes, o processo que houver despachado em último lugar.

68. De acordo com o Código de Processo Civil, alienada a coisa litigiosa,
- (A) não poderá o adquirente ingressar em juízo sem que o consinta a parte contrária. Se ingressar, porém, os efeitos da sentença recairão apenas sobre as partes originárias.
  - (B) altera-se a legitimidade das partes, independentemente da aquiescência da parte contrária, com a substituição do alienante pelo adquirente, que suportará sozinho os efeitos da sentença.
  - (C) não poderá o adquirente, em nenhuma hipótese, ingressar em juízo.
  - (D) altera-se a legitimidade das partes, independentemente da aquiescência da parte contrária, com a substituição do alienante pelo adquirente. A sentença, proferida contra o adquirente, estenderá seus efeitos ao alienante.
  - (E) não poderá o adquirente ingressar em juízo sem que o consinta a parte contrária. Mesmo assim, a sentença, proferida entre as partes originárias, estenderá seus efeitos ao adquirente.

69. Sobre o ato processual, considere:

- I. Por se tratar de preceito de ordem pública, a decretação da nulidade pode ser requerida por quaisquer das partes, incluindo a que lhe deu causa.
- II. Se a lei não cominar nulidade, o juiz considerará válido o ato que alcançar sua finalidade, ainda que não atenda à forma, legalmente prevista.
- III. A nulidade de uma parte do ato prejudica a outra, ainda que dela seja independente.
- IV. O juiz não pronunciará a nulidade quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveitaria a declaração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

70. Com relação ao sistema de apreciação da prova,

- (A) o juiz a apreciará livremente, devendo indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.
- (B) o laudo pericial vincula o juiz.
- (C) a documental sempre prevalece sobre a testemunhal.
- (D) o juiz a apreciará atendo-se exclusivamente às alegações das partes, devendo indicar, na sentença, apenas os dispositivos legais em que tiver se pautado.
- (E) o juiz a apreciará atendo-se exclusivamente às alegações das partes, devendo indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.



71. De acordo com o Código de Processo Civil, as provas devem ser produzidas
- (A) sempre em audiência.
  - (B) em regra com a inicial ou contestação, salvo a testemunhal.
  - (C) em audiência, em regra.
  - (D) em qualquer momento, até o trânsito em julgado da sentença.
  - (E) em qualquer momento, até a prolação da sentença.
- 
72. De acordo com a Lei nº 6.830/1980, a produção de provas, pela Fazenda Pública, na execução fiscal,
- (A) depende de requerimento na inicial, que deve ser instruída com Certidão de Dívida Ativa, a qual goza de presunção absoluta de liquidez e certeza, podendo ser emendada, porém não substituída, até decisão de primeira instância.
  - (B) depende de requerimento na inicial, que deve ser instruída com Certidão de Dívida Ativa, a qual goza de presunção relativa de liquidez e certeza, podendo ser emendada ou substituída a qualquer tempo.
  - (C) independe de requerimento na inicial, que deve ser instruída com Certidão de Dívida Ativa, a qual goza de presunção absoluta de liquidez e certeza, podendo ser emendada ou substituída a qualquer tempo.
  - (D) independe de requerimento na inicial, que deve ser instruída com Certidão de Dívida Ativa, a qual goza de presunção relativa de liquidez e certeza, podendo ser emendada ou substituída até decisão de primeira instância.
  - (E) depende de requerimento na inicial, que deve ser instruída com Certidão de Dívida Ativa, a qual goza de presunção relativa de liquidez e certeza, podendo ser emendada, porém não substituída, até decisão de primeira instância.
- 
73. De acordo com o Código de Processo Civil, o duplo grau de jurisdição
- (A) deve ser observado quando, vencido o Estado, não tiver sido interposta apelação, e desde que a condenação, de valor certo ou incerto, não exceda 60 salários mínimos.
  - (B) deve ser observado sempre que for vencido o Estado.
  - (C) deve ser observado sempre que, vencido o Estado, não tiver sido interposta apelação.
  - (D) não deve ser observado, dentre outras hipóteses, sempre que a condenação, de valor certo ou incerto, não exceder 60 salários mínimos.
  - (E) não deve ser observado, dentre outras hipóteses, quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.
- 
74. De acordo com o Código de Processo Civil, os embargos de declaração contra sentença de primeira instância devem ser opostos, em regra, em petição dirigida ao
- (A) juízo que prolatou a sentença, no prazo de 5 dias, prestando-se a sanar omissão, obscuridade ou contradição, não estando sujeitos a preparo.
  - (B) tribunal, no prazo de 5 dias, prestando-se à reforma das questões impugnadas pelo recurso, estando sujeito a preparo.
  - (C) juízo que prolatou a sentença, no prazo de 15 dias, prestando-se a sanar omissão, obscuridade ou contradição, estando sujeitos a preparo.
  - (D) tribunal, no prazo de 5 dias, prestando-se a sanar omissão, obscuridade ou contradição, não estando sujeitos a preparo.
  - (E) tribunal, no prazo de 15 dias, prestando-se a sanar omissão, obscuridade ou contradição, estando sujeitos a preparo.
- 
75. De acordo com o Código de Processo Civil, a apelação, em regra, é recebida
- (A) no efeito devolutivo, apenas, podendo o apelado promover, desde logo, a execução provisória da sentença, perante o tribunal ao qual tiver sido dirigida. É recebida no duplo efeito, dentre outras hipóteses, a apelação interposta contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
  - (B) no efeito devolutivo, apenas, podendo o apelado promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta. É recebida no duplo efeito, dentre outras hipóteses, a apelação interposta contra sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
  - (C) nos efeitos devolutivo e suspensivo, podendo o apelado promover, desde logo, a execução provisória da sentença, perante o tribunal ao qual tiver sido dirigida. É recebida apenas no efeito devolutivo, dentre outras hipóteses, a apelação interposta contra sentença que rejeitar liminarmente ou julgar improcedentes os embargos à execução.
  - (D) nos efeitos devolutivo e suspensivo, não podendo o juiz, neste caso, inovar no processo. É recebida apenas no efeito devolutivo, dentre outras hipóteses, a apelação interposta contra sentença que rejeitar liminarmente ou julgar improcedentes os embargos à execução.
  - (E) no efeito devolutivo, apenas, podendo o apelado promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta. É recebida no duplo efeito, dentre outras hipóteses, a apelação interposta contra sentença que rejeitar liminarmente ou julgar improcedentes os embargos à execução.



76. Impetrado mandado de segurança, se o documento necessário à prova do direito alegado estiver em poder da autoridade coatora, que se recusa a fornecê-lo, o juiz deverá
- (A) encaminhar ofício à autoridade tida como coatora, ordenando a exibição do documento, no prazo de 10 dias, para posterior expedição do instrumento de notificação.
  - (B) extinguir o processo sem resolução de mérito, pois o mandado de segurança deve ser instruído com prova pré-constituída do direito alegado.
  - (C) encaminhar ofício à autoridade tida como coatora, solicitando a exibição do documento, no prazo de 10 dias, para posterior expedição do instrumento de notificação.
  - (D) suspender o processo até que o impetrante obtenha o documento pelas vias adequadas, respeitado o prazo decadencial de 120 dias.
  - (E) ordenar, no próprio instrumento da notificação, a exibição do documento, marcando, para cumprimento da ordem, o prazo de 10 dias.

77. De acordo com o Código de Processo Civil, os embargos de terceiro podem ser opostos por quem, em não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens, por ato de apreensão judicial, por exemplo pelo
- (A) credor com garantia pessoal, para obstar a alienação dos bens do garantidor.
  - (B) próprio executado, quando for parte ilegítima na execução.
  - (C) herdeiro, nos autos do inventário, quando houver sido preterido na partilha.
  - (D) sublocatário, na ação de despejo, em caso de rescisão imotivada do contrato de locação.
  - (E) cônjuge, quando defende bens de sua meação.

78. De acordo com a Lei nº 6.830/1980, na execução fiscal, o executado será citado para, no prazo de
- (A) 3 dias, pagar a dívida com juros, multa e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, que poderá ser embargada independentemente de ter sido garantida. O prazo para embargos será de 15 dias, contados da juntada do aviso de recebimento aos autos.
  - (B) 15 dias, pagar a dívida sem a adição de multa, juros ou encargos, os quais somente serão devidos se o executado embargar a execução, que poderá ser embargada independentemente de ter sido garantida no prazo de 15 dias, contados da juntada do aviso de recebimento aos autos.
  - (C) 5 dias, pagar a dívida com juros, multa e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, que somente poderá ser embargada se houver sido garantida. O prazo para embargar será de 30 dias, contados da intimação do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou de seguro garantia ou da intimação da penhora.
  - (D) 15 dias, pagar a dívida com juros, multa e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, que somente poderá ser embargada se houver sido garantida. O prazo para embargos será de 15 dias, contados da juntada do aviso de recebimento aos autos.
  - (E) 5 dias, pagar a dívida sem a adição de multa, juros ou encargos, os quais somente serão devidos se o executado embargar a execução, que somente poderá ser embargada se houver sido garantida. O prazo para embargar será de 15 dias, contados da intimação do depósito, da juntada da prova de fiança bancária ou de seguro garantia ou da intimação da penhora.

79. Acerca do processo de execução fiscal, considere:
- I. A citação deverá ocorrer preferencialmente por mandado.
  - II. A inscrição da dívida ativa constitui ato de controle administrativo da legalidade, tem como finalidade apurar a liquidez e certeza do crédito e suspende a prescrição, por 180 dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
  - III. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, entre outros.
  - IV. Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição da dívida for cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

Considerando o disposto na Lei nº 6.830/1980, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) II e IV.
  - (D) I e III.
  - (E) I e IV.
80. De acordo com o Código de Processo Civil, durante a suspensão do processo
- (A) é proibida a prática de qualquer ato processual, sem exceção.
  - (B) podem ser praticados todos os atos processuais que não digam respeito ao que tiver dado causa à suspensão.
  - (C) é defesa a prática de qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável.
  - (D) não pode o juiz extinguir o processo por ausência das condições da ação.
  - (E) corre a prescrição intercorrente.